

**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E
RESPOSTAS ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE
PÚBLICA – PPR-ESP**

MELEIRO

2023





PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

Meleiro

Prefeito Municipal

Eder Mattos

Vice-Prefeito

Pedro Luiz Schwartz

Secretária Municipal de Saúde

Elixandra da Silva Mota

Secretário Municipal de Obras, Agricultura e Meio Ambiente

José Giovani De Souza

Secretária Municipal de Ação Social

Elixandra da Silva Mota

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Eliege Gonçalves Cavaler Dela Vechia

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0			
Revisão 1			
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do Plano

Local	Responsável	Nº do Processo

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretária Municipal de Saúde	Elixsandra Da Silva Mota	nega@meleiro.sc.gov.br	48 988183531
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	Eliege Gonçalves Cavaler Dela Vechia	visa@meleiro.sc.gov.br	48 996233191
Coordenador da Defesa Civil	João Francisco Nazario	obras@meleiro.sc.gov.br	48 35378400

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
Anne Mary Destro
Cristiane Ré
Eliege Gonçalves Cavaler Dela Vechia
Elixandra Da Silva Mota
Fernanda Ferreira
João Francisco Nazario
Colaboradores:
José Geovane Souza
Eloir Córneo
Viviane Martins Dos Santos
Revisores
I.Elixandra da Silva Mota
II Colegiado Intergestores Regional

Lista de Abreviaturas

Comitê de Operações de Emergência (COE)

Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL)

Emergências em Saúde Pública (ESP)

Produto Interno Bruto (PIB)

Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)

Sistema Único de Saúde (SUS)

Apresentação

A redução de riscos e desastres e a construção da resiliência envolvem processos que são de vital importância para a gestão dos mesmos. Essa gestão envolve o conjunto de decisões administrativas de organização e de conhecimentos operacionais desenvolvidos por sociedades e comunidades para implementar políticas estratégicas e fortalecer suas capacidades de enfrentamento, a fim de reduzir os impactos de ameaças e desastres naturais e tecnológicos consequentes.

O processo de preparação e resposta aos desastres no setor saúde considera algumas premissas básicas dos Planos de Preparação e Resposta, assim como alinha-se aos princípios do SUS como parte integrante de um processo que assume e consagra os princípios da universalidade, equidade e integralidade da atenção à saúde da população brasileira.

Este documento foi desenvolvido visando descrever o cenário do município de Meleiro para desastres naturais, orientar as intervenções necessárias e direcionar atribuições, responsabilidades e ações de saúde para redução de riscos, recuperação de danos resultantes desses desastres e sobretudo a proteção da vida dos cidadãos.

A construção deste plano foi realizada de forma integrada entre os diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde do município de Meleiro, Defesa Civil e demais órgãos envolvidos nas respostas aos desastres.

Emergências em Saúde Pública configuram-se como situações que demandam o emprego urgente de medidas de prevenção, de controle, de contenção de riscos, de danos e agravos e de recuperação da saúde pública em situações de caráter epidemiológico (relacionado a surtos e epidemias), sanitário (relacionado ao controle de produtos e serviços sob regime de vigilância sanitária), ambiental (relacionado ao controle dos danos ambientais provocados por desastres naturais ou tecnológicos que coloquem em risco a saúde da população) ou ainda situações que provoquem colapso da assistência à saúde da população.

O Plano Municipal de Vigilância Para Emergências em Saúde Pública foca na atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) para respostas às emergências em saúde pública, sendo estruturado para garantir respostas rápidas, oportunas, eficientes e eficazes, correspondentes ao monitoramento e à prestação de serviços de assistência durante ou imediatamente após uma emergência, a fim de salvar vidas, reduzir os impactos sobre a saúde e atender às necessidades básicas de saúde da população afetada.

No contexto deste plano, as Emergências em Saúde Pública (ESP) estão relacionadas a eventos adversos naturais ou tecnológicos que podem ocorrer em um determinado momento. Dessa forma, o Plano de Vigilância Para Emergências em Saúde Pública – do município de Meleiro foi elaborado para orientar as ações de prevenção, preparação e resposta aos eventos adversos

que possam impactar a saúde da população, caso este venha a se concretizar, estabelecendo que tipo de ações voltadas para a prevenção, a promoção e a recuperação da saúde pública precisam ser desenvolvidas em nível local e definindo as responsabilidades e competências de cada integrante da administração pública municipal para o enfrentamento de desastres que possam ocorrer no município.

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Propor diretrizes para organização e preparação das Secretarias Municipais, para o atendimento da população afetada nos desastres naturais, bem como descrever e estabelecer orientações aos profissionais e gestores de saúde, relacionadas à informações estratégicas de vigilância, prevenção, contenção, controle e orientações assistenciais, epidemiológicas e laboratoriais úteis para a gestão da emergência em saúde pública.

1.2 Objetivos Específicos

- Orientar as ações de vigilância em saúde;
- Orientar as ações de prevenção e assistência à saúde.
- Orientar as melhores práticas de saúde em emergência;
- Estabelecer estratégias de capacitação;
- Estabelecer estratégias de comunicação.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito

Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.
- Portaria GM/MS Nº 4.085 (2022), que altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Rede de Vigilância, Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública do Sistema Único de Saúde - Rede VIGIAR-SUS.
- Portaria GM/MS Nº 4.185 (2022), que institui o Programa Nacional de Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos Desastres - Vigidesastres, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Portaria nº 814 (2022), dispõe sobre a normatização da distribuição do Hipoclorito de Sódio 2,5% à população do Estado de Santa Catarina em situação de risco, onde não há acesso à rede pública de distribuição de água tratada, com objetivo de desinfecção e prevenção às doenças de transmissão hídrica entérica.
- Nota Técnica Nº 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.

- Portaria Municipal Nº 380/2022 - Dispõe sobre a estruturação da equipe de elaboração do Plano de Preparação e Respostas às Emergências em Saúde Pública do Município de Meleiro.

3. Caracterização do Município

- População no último censo (2022) 7.006 pessoas;
- Densidade demográfica [2010] 37,42 hab/km².

3.1 Dados populacionais

O último censo demográfico realizado foi no ano de 2010, a partir de então os últimos dados do IBGE foram por meio de estimativas populacionais enviadas ao TCU, estratificados pelo MS/SGEP/DATASUS. Segundo esses dados do IBGE a estimativa da população total do Município de Meleiro é de 6.989 em 2021. A Densidade Demográfica em 2010 era de 37,42 hab/Km².

Segundo o Atlas Brasil (atlasbrasil.org.br), levando-se em conta a estimativa de população de Meleiro em 2017 era de 7.047 habitantes.

Entre 2013 e 2017, a população do município de Meleiro teve uma redução de 0,54%. No mesmo período, o Estado de Santa Catarina registrou um aumento de 5,53%.

Tabela 01 - População Estimada em Meleiro

Ano	População Estimada
2017	7.047
2018	7.028
2019	7.015
2020	7.001
2021	6.989

Fonte: Tabnet/Datasus.

Quanto à análise da redução da população, que é aferida por estimativa do IBGE, vale observar que no SISAB as Equipes de Saúde atendem uma população maior do que a estimada pelo IBGE, de forma que é atendida uma população de 7.772 pessoas, ao passo que o IBGE estima uma população de 7.001 pessoas. Assim, há um crescimento da população, que provavelmente será constatada no próximo censo, já que os dados atuais são estimativas.

Tabela 02 - População assistida por cada equipe de saúde segundo SISAB

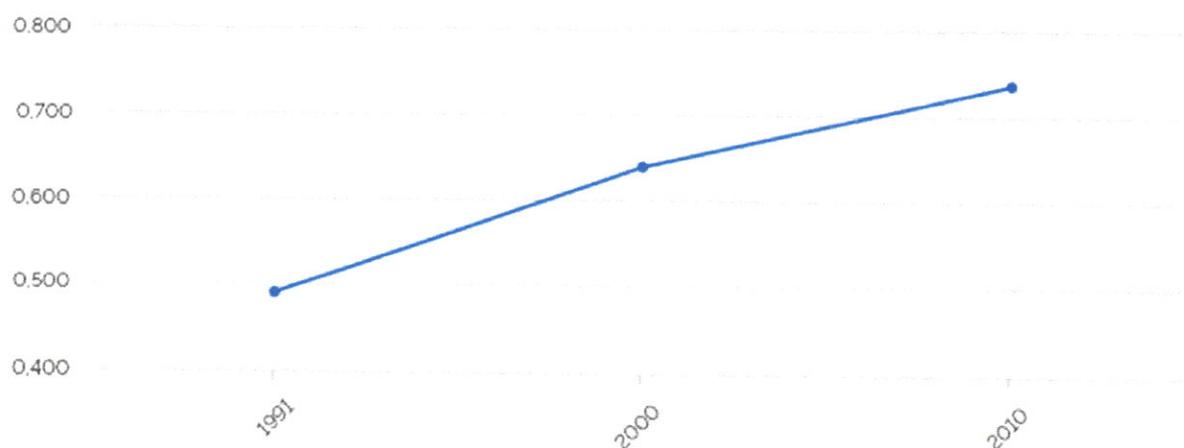
Ministério da Saúde MS
Secretaria de Atenção Primária à Saúde SAPS
Departamento de Saúde da família DESF
Relatório de cadastro
Estratégia eSUS- AB
IBGE 421080
Município: MELEIRO - SC
População estimada IBGE 2020: 7001

CNES	Nome UBS	INE	Sigla	DEZ/2020.Q3	ABR/2021.Q	AGO/2021.Q	SET/2021	OUT/2021
2305496	POSTO DE SAUDE DE SAPIRANGA	0000412155	eSF	1.949	2.165	2.196	2.215	2.229
3730743	US CENTRAL DE MELEIRO	0000412171	eSF	2.168	2.235	2.166	2.172	2.221
2624443	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	0000412163	eSF	2.785	3.250	3.351	3.343	3.322
				6.902	7.650	7.713	7.730	7.772

MS/SAPS/Departamento de Saúde da Família - DESF
Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB
Dado gerado em: 03 de Dezembro de 2021 - 00:04h
Coordenação Geral de Informação da Atenção Primária - CGIAP/DESF

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal: 0.738 (2010).



3.3 Atividades Econômicas

As principais atividades econômicas do Município de Meleiro são o cultivo do arroz irrigado e do fumo, a suinocultura e a avicultura. Destacam-se ainda, em menor proporção, as atividades de extração vegetal e o cultivo de milho, feijão e mandioca. Destaca-se, ainda, a produção de leite no Município.

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

Clima é quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade.

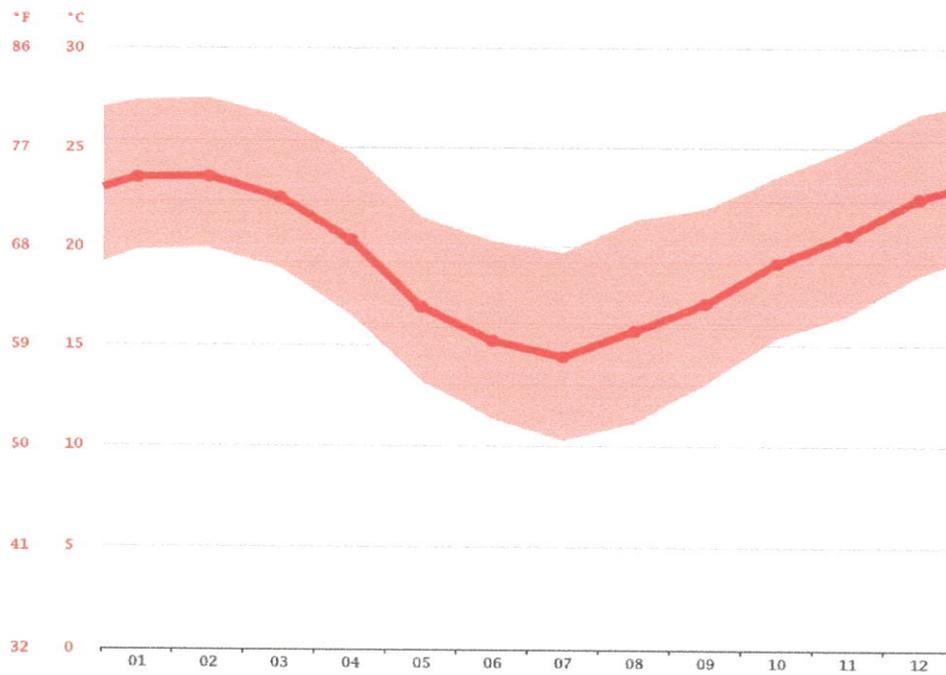
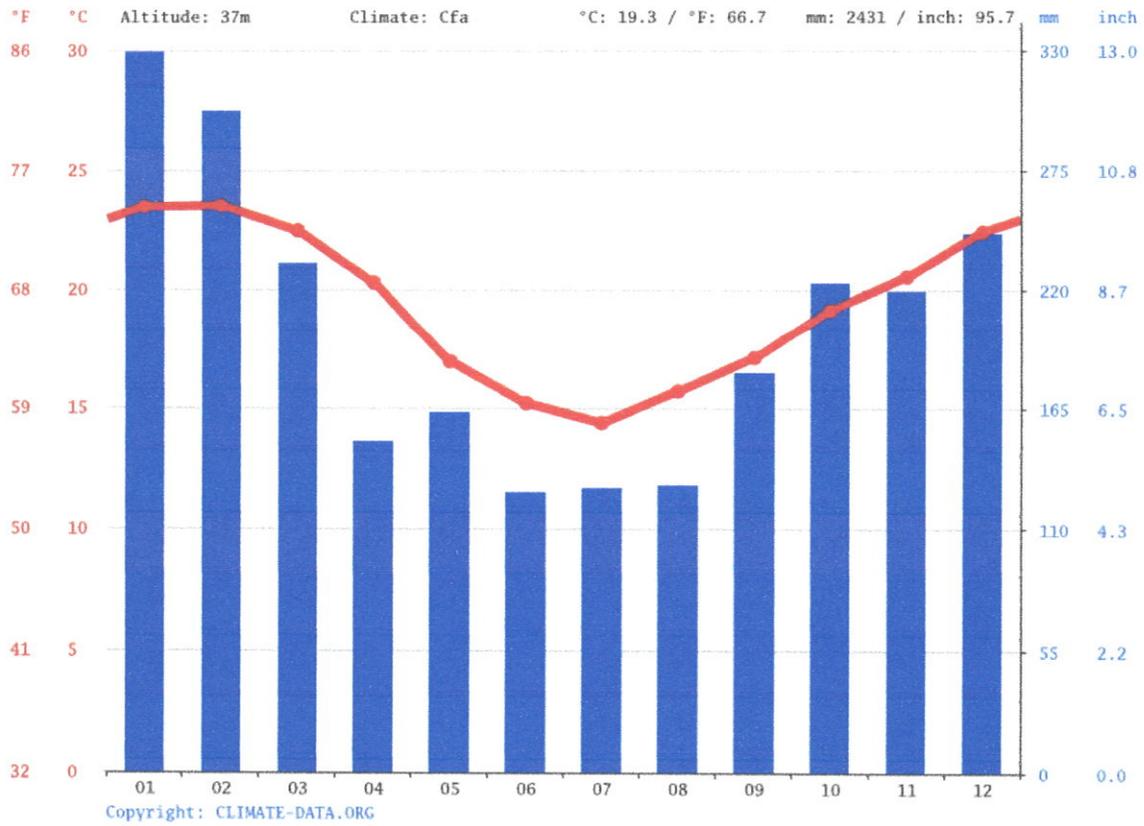
O clima é classificado como Cfa segundo a Köppen e Geiger. 19.3 °C é a temperatura média em Meleiro. Pluviosidade média anual de 2431 mm.

Meleiro está situada no hemisfério sul. O Verão começa aqui no final de Dezembro e termina em março . Os meses de Verão são: Dezembro, Janeiro, Fevereiro e Março. Sendo os picos de temperatura em fevereiro.

3.4.2 Pluviometria e temperatura

Em Meleiro observou-se que 127 mm é a precipitação histórica do mês Junho, que é o mês mais seco. O mês de maior precipitação é Janeiro, com uma média de 329 mm.

TEMPERATURAS E PRECIPITAÇÕES MÉDIAS / CLIMA EM MELEIRO



O mês mais quente do ano é Fevereiro com uma temperatura média de 23.5 °C. 14.4 °C é a temperatura média de Julho. Durante o ano é a temperatura mais baixa.

DADOS CLIMATOLÓGICOS PARA MELEIRO

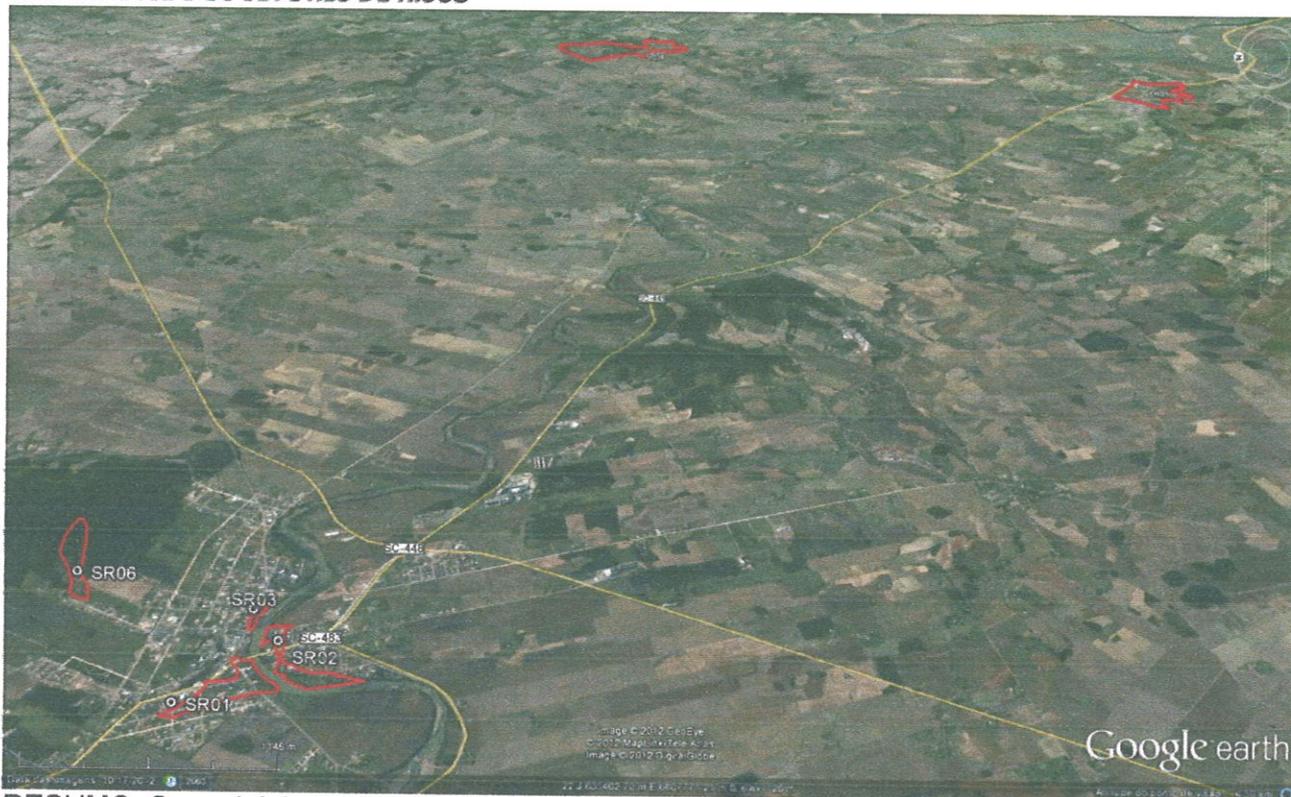
Tabela 03 – Dados climatológicos

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Temperatura média (°C)	23.5	23.5	22.5	20.3	16.9	15.2	14.4	15.7	17.1	19.2	20.6	22.4
Temperatura mínima (°C)	19.8	19.9	18.9	16.5	13.2	11.3	10.3	11.1	13	15.4	16.5	18.5
Temperatura máxima (°C)	27.4	27.5	26.6	24.7	21.5	20.3	19.7	21.3	21.9	23.6	25	26.7
Chuva (mm)	329	302	232	150	163	127	129	130	181	223	219	246
Umidade (%)	82%	84%	83%	82%	81%	82%	81%	80%	80%	81%	80%	80%
Dias chuvosos (d)	17	16	15	11	9	8	9	8	10	14	13	15
Horas de sol (h)	7.3	7.4	6.8	6.9	6.5	6.6	7.0	7.3	6.6	6.5	7.4	7.6

Data: 1991 - 2021 Temperatura mínima (°C), Temperatura máxima (°C), Chuva (mm), Umidade, Dias chuvosos. Data: 1999 - 2019: Horas de sol. A diferença entre a precipitação do mês mais seco e do mês mais chuvoso é de 202 mm. As temperaturas médias variam 9.1 °C ao longo do ano. O mês com maior umidade relativa é Fevereiro (83.69 %). O mês com a umidade relativa mais baixa é Novembro (79.61 %). O mês com maior número de dias chuvosos é Janeiro (23.20 dias). O mês com o menor número é Junho (10.83 dias).

3.4.3 Pedologia e Aspectos Geomorfológicos

MAPA ÍNDICE DOS SETORES DE RISCO



RESUMO: O município de Meleiro situa-se na planície do Rio Manoel Alves próximo à confluência com o Rio Araranguá. O regime de escoamento está influenciado pelas escarpas e canyons da Serra Geral. Na área ocupada pelo município ocorrem rochas sedimentares paleozóicas que se destacam na forma de morros testemunhos, e estão em contato com os depósitos aluvionares quaternários da Bacia Hidrográfica do Araranguá e seus afluentes, formado por sedimentos argilosos, arenosos e conglomeráticos inconsolidados. Os setores de risco delimitados neste levantamento se dividem em:

1. Áreas de inundação localizadas nas planícies do Rio Manoel Alves.
2. Área sujeita a solapamento de margem.
3. Ocupação junto a uma drenagem intermitente proveniente de encosta de declividade alta, sujeito a corridas de lama e detritos.

Na história recente, há registros de uma sucessão de eventos em 1995, 2009, 2010 e março de 2012, sempre com grandes inundações que demandaram diversas ações da defesa civil.

Quantidade de setores de risco: 6

Quantidade total de casas em risco: 178

Quantidade total de pessoas em risco: 712

Setor 01: 52 casas 208 pessoas

Setor 02: 32 casas 128 pessoas

Setor 03: 30 casas 120 pessoas

Setor 04: 40 casas 160 pessoas

Setor 05: 20 casas 80 pessoas

Setor 06: 4 casas 16 pessoas

Setor SR_01

Localização: Av. 7 de Setembro, Bairro Centro

UTM 22 J 632734 E 6810083 N



Descrição: Ocupação urbana em planície de inundação do Rio Manoel Alves da Bacia Hidrográfica do Araranguá. Esta planície é formada por solos aluvionares com interdigitação de sedimentos arenosos e conglomeráticos. O tempo de inundação é de aproximadamente quatro dias e a defesa civil municipal opera um sistema de alerta rudimentar que parte da observação do nível dos rios com antecedência de 6 horas. A dinâmica do escoamento está fortemente influenciado pelas escarpas e canyons da Serra Geral. Presença de aterros sem observação da dinâmica do escoamento superficial do entorno. A ocupação predomina edificações em padrão alvenaria, com algumas casas de madeira. Vias pavimentadas, servidas por drenagem pluvial e redes de esgoto sanitário. Eventos registrados em 1995, 2009, 2010 e março/2012.

Tipologia: Inundação

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 52

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 208

Sugestões de medidas:

- . Aprimoramento do sistema de alerta a nível de bacia hidrográfica;
- . Evacuação preventiva em caso de inundação.
- . Recomposição da mata ciliar nas margens dos rios.

Setor SR_02

Localização: Av. 20 de Novembro, Bairro Estreito

UTM 22 J 633130 E 6809689 N



Descrição: Ocupação urbana em planície de inundação do Rio Manoel Alves da Bacia Hidrográfica do Araranguá. Presença de solos aluvionares com interdigitação de sedimentos arenosos e conglomeráticos. O tempo de inundação é de aproximadamente quatro dias e a defesa civil municipal opera um sistema de alerta rudimentar que parte da observação do nível dos rios com antecedência de 6 horas. A dinâmica do escoamento está fortemente influenciado pelas escarpas e canyons da Serra Geral. Presença de aterros sem observação da dinâmica do escoamento superficial do entorno. A ocupação predomina edificações em padrão alvenaria, com algumas casas de madeira. Maioria das vias pavimentadas, servidas por drenagem pluvial e redes de esgoto sanitário. Eventos registrados em 1995, 2009, 2010 e março/2012.

Tipologia: Inundação

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 32

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 128

Sugestões de medidas:

- . Aprimoramento do sistema de alerta a nível de bacia hidrográfica;
- . Evacuação preventiva em caso de inundação.
- . Recomposição da mata ciliar nas margens dos rios.

Setor SR_03

Localização: Av. 7 de Setembro, Bairro Centro

UTM 22 J 633353 E 6809873 N



Descrição: Ocupação urbana na margem do Rio Manoel Alves, formado por sedimentos fluviais arenosos interdigitados com depósitos conglomeráticos. Margem com processo de erosão fluvial instalado, afetando grande parte dos lotes de prédios e edifícios. Presença de pequenos abatimentos na estrutura de aterros, pisos, muros e cercas. Eventos registrados em 1995, 2009, 2010 e março/2012.

Tipologia: Solapamento de margem.

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 30

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 120

Sugestões de medidas:

- . Aprimoramento do sistema de alerta a nível de bacia hidrográfica;
- . Evacuação preventiva em caso de inundação.
- . Recomposição da mata ciliar nas margens dos rios.
- . Estudo para execução de obra de contenção na margem.

Setor SR_04

Localização: Bairro Barra do Cedro

UTM 22 J 643755 E 6807619 N



Descrição: Ocupação residencial em zona rural, sobre solos aluvionares areno-argilosos. Sistema fluvial de baixa energia com canais meandrantos. Ocupação por casas de alvenaria de um piso, com vias sem pavimentação e sem drenagem pluvial. Utilização das áreas de entorno para cultivo de arroz irrigado. Sistema de alerta rudimentar operado pela defesa civil municipal, com emissão de alertas com antecedência de 6 horas. Eventos registrados em 1995, 2009, 2010 e março/2012.

Tipologia: Inundação.

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 40

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 160

Sugestões de medidas:

- . Aprimoramento do sistema de alerta a nível de bacia hidrográfica;
- . Evacuação preventiva em caso de inundação.
- . Recomposição da mata ciliar nas margens dos rios.

Setor SR_05

Localização: Distrito Sapiroanga

UTM 22 J 642134 E 6801918 N



Descrição: Ocupação residencial em zona rural, sobre solos aluvionares areno-argilosos. Sistema fluvial de baixa energia com canais meandранtes. Ocupação por casas de alvenaria de um piso, com vias sem pavimentação e sem drenagem pluvial. Utilização das áreas de entorno para cultivo de arroz irrigado. Sistema de alerta rudimentar operado pela defesa civil municipal, com emissão de alertas com antecedência de 6 horas. Eventos registrados em 1995, 2009, 2010 e março/2012.

Tipologia: Inundação.

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 20

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 80

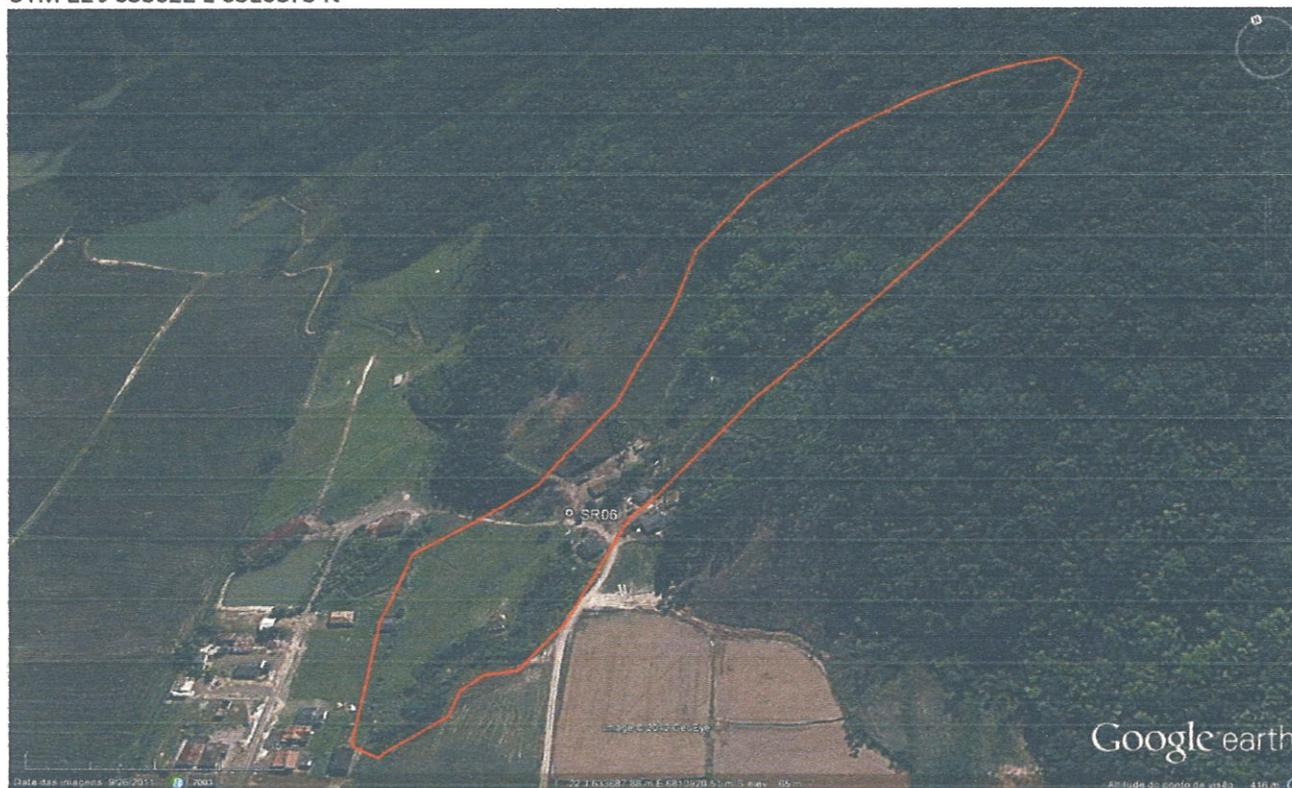
Sugestões de medidas:

- . Aprimoramento do sistema de alerta a nível de bacia hidrográfica;
- . Evacuação preventiva em caso de inundação.
- . Recomposição da mata ciliar nas margens dos rios.

Setor SR_06

Localização: Rua Primavera, Bairro Imigrante

UTM 22 J 633622 E 6810875 N



Descrição: Ocupação residencial em saída de vale de drenagem intermitente proveniente de encosta com declividade alta, formada por solos residuais e coluvionares provenientes de alteração de rochas sedimentares areníticas. Presença de blocos de arenito junto à linha de drenagem. Ocupação por casas de madeira e alvenaria de baixo padrão construtivo, sobre aterro que causa obstrução da drenagem. Vias sem pavimentação e sem drenagem pluvial. Feições erosivas indicam o escoamento superficial difuso no entorno das residências.

Tipologia: Corridas de lama e detritos.

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 4

Quantidade de pessoas em risco: aprox. 16

Sugestões de medidas:

- . Evacuação preventiva em caso de evento extremo.
- . Remoção/Relocação das casas localizadas na linha de drenagem.
- . Recuperação da cobertura vegetal da encosta e da drenagem.

Fonte: <https://www.sgb.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres/Produtos-por-Estado---Setorizacao-de-Riscos-Geologicos-5390.html>

3.5 Hidrografia

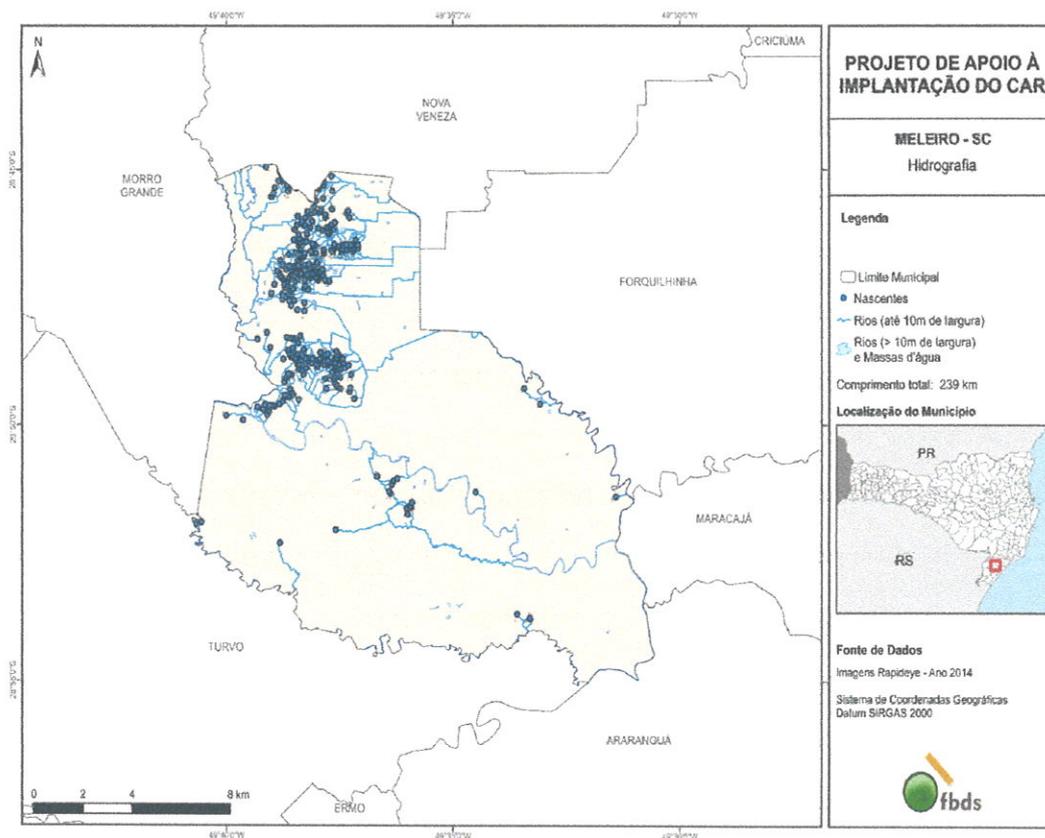
Os principais rios que banham o Município de Meleiro são: Rio Manoel Alves, Rio Cedro, Rio Morto, Rio Mãe Luzia, Rio Itoupava e Rio Jundiá, cujas águas são utilizadas, principalmente, para irrigação da cultura de arroz, sendo que de seus leitos são retirados seixos rolados utilizados na pavimentação de estradas e na construção civil.

Cerca de 15 cursos d'água compõem a bacia do Araranguá, dos quais se destacam os rios Mãe Luzia (no qual desemboca o Rio Manoel Alves), Amola Faca, dos Porcos, Jundiá, Turvo e São Bento. O sistema lagunar de Araranguá é composto por uma série de lagoas, com destaque para Caverá, Esteves, Faxinal, Mãe Luiza, Serra, Bicho e Rincão.

As águas das bacias dos rios Araranguá e Urussanga possuem elevados níveis de comprometimento da qualidade das águas, causadas por agrotóxicos, esgotos urbanos e industriais, criação de suínos e, principalmente, por resíduos da extração de carvão. Ainda, a bacia do rio Araranguá tem como agravante o fato dessa área drenar extensas zonas de cultivo de arroz irrigado.

A irrigação é um dos principais usos dos recursos hídricos em Santa Catarina, fundamentalmente em decorrência da utilização de água empregada na lavoura de arroz. Vários sistemas de irrigação são utilizados em Santa Catarina, sendo que os dois tipos mais relevantes por área ocupada são inundação (111.305 ha) e aspersão (17.081 ha), que representam respectivamente 83,8% e 12,9% do total dos sistemas utilizados. O método por inundação, adotado na maioria das áreas irrigadas, resulta em consumo de água expressivo, especialmente entre os meses de agosto a novembro, quando é necessária uma lâmina d'água de maior altura para o crescimento das plantas.

O estado de Santa Catarina é o segundo maior produtor nacional de arroz, ainda que com uma área bem inferior à de vários outros estados. Em média 60 % das demandas relacionadas ao uso da água nas bacias catarinenses, localizadas na vertente atlântica, são destinadas à irrigação do arroz, sendo que as Regiões Hidrográficas Sul Catarinense e Extremo Sul Catarinense (bacias do rio Araranguá, Tubarão e Mampituba) alcançam a maior demanda (90 %).



3.6 Saúde

3.6.1 Estrutura do Sistema de Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde tem como atribuições planejar, desenvolver, orientar, coordenar e executar a política de saúde do município; é de sua responsabilidade também planejar, desenvolver e executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica ligadas à sua competência.

A atenção primária por meio da Atenção Básica (AB) caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico e tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde. Sendo assim, temos como serviços oferecidos na atenção primária as Estratégias de Saúde da Família (ESF's), Saúde Bucal, Núcleo Ampliado Saúde da Família- AB, Assistência farmacêutica.

A Vigilância em saúde municipal é responsável por ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis, pela vigilância de fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis, saúde ambiental e do trabalhador e também pela

análise de situação de saúde da população. No município a vigilância em saúde abrange vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, saúde do trabalhador e imunização.

Destaca-se que o município desenvolve atenção de média complexidades no âmbito municipal com serviços especializados de fisioterapia, nutrição, psicologia, psiquiatria, ginecologia e obstetrícia. Como também, contém atenção intermediária pelo atendimento pré-hospitalar desenvolvido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

A gestão da SMS é responsável por encaminhar os usuários para a atenção secundária e terciária, no qual se inclui serviços de consultas especializadas, exames de média e alta complexidade, atendimentos hospitalares e ambulatoriais, procedimentos cirúrgicos e internações hospitalares.

O acesso da população à rede de saúde pública municipal se dá por meio dos serviços de nível primário, e a gestão desenvolve todas as atividades administrativas necessárias ao bom andamento dos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os atendimentos municipais de saúde são distribuídos em duas Unidades Sanitárias e mais um Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. A Unidade Básica de Saúde da Família Prefeito Ângelo Simoni situada na Rua Prefeito Luiz Canela, s/nº, Centro – Meleiro/SC, e outra situada na Rua 14 de dezembro, s/nº no distrito de Saporanga– Meleiro/SC, e por mais duas Unidades Sanitárias de extensão, situadas nas localidades de Sanga Grande, e Barra do Cedro para atendimentos eletivos.

3.6.2 Média e Alta Complexidade

A média complexidade ambulatorial é composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico, tratamento e reabilitação.

A alta complexidade é o conjunto de procedimentos que envolve alta tecnologia e alto custo, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde (atenção básica e de média complexidade).

O município disponibiliza a prestação de assistência ambulatorial de média complexidade, nas áreas de psicologia, nutrição, e fisioterapia, desenvolvendo ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação; promovendo assistência especializada por meio de equipe multiprofissional. Oferta atividades do programa de ostomizados (aconselhamento, assistência e

acompanhamento à pacientes portadores de ostomia); realiza avaliação, assistência e acompanhamento aos pacientes portadores de feridas, úlceras vasculogênicas, neuropáticas, e por pressão com a realização de curativos especiais; e presta atendimento multiprofissional especializado (pneumologista, enfermeiro, farmacêutico), à pacientes com tuberculose e doenças crônicas; também disponibiliza o serviço de oxigenoterapia domiciliar.

Também dispõe de exames de diagnósticos como: exame dermatológico por meio do dermatoscópio, eletrocardiograma, raios-X, e exames laboratoriais para análise clínicas. Os serviços que não são disponibilizados no município são encaminhados para outros municípios referenciados conforme programação pactuada integrada (PPI).

Portanto, os usuários são encaminhados para a atenção secundária e terciária, por meio de inserções dos encaminhamentos no Sistema Nacional de Regulação- SISREG, no qual são classificados os riscos e autorizados conforme avaliação do regulador. Estes serviços são padronizados por meio de PPI da assistência ambulatorial e PPI da assistência hospitalar com termos de compromisso de alta complexidade, na qual se inclui serviços de consultas especializadas, exames de média e alta complexidade, atendimentos hospitalares e ambulatoriais, procedimentos cirúrgicos e internações hospitalares.

3.6.3 Rede Hospitalar Municipal conveniada ao SUS

No município, dispomos de um (01) Hospital Geral denominado São Judas Tadeu, entidade filantrópica, de gestão dupla (Estado e Município), sem fins lucrativos, localizado na Rua São Judas Tadeu, Centro de Meleiro. O mesmo é administrado pela Associação Comunitária São Judas Tadeu. Dispõe de assistência privada para tratamentos eletivos, e atendimentos SUS para especialidades e exames credenciados, sendo porta de entrada aberta de urgência e emergência.

A assistência hospitalar prestada pelo Hospital é considerada de média complexidade, dispendo de 50 leitos, sendo que 33 destes são destinados ao atendimento SUS, abrangendo internações eletivas encaminhados da atenção básica para tratamento hospitalar, e internações devido à assistência de urgência e emergência. Os leitos são distribuídos nas especialidades clínicas como clínico geral, obstetrícia e pediatria, em especialidades cirúrgicas como bucomaxilofacial, cirurgia geral, ortopedia traumatologia, otorrinolaringologia. Os atendimentos são ambulatoriais, internações, urgências e serviço de apoio e diagnóstico terapêutico. Sendo o fluxo de atendimento por demanda espontânea e referenciada.

3.6.4 Atenção Básica

A Atenção Primária à Saúde (APS) envolve ações que se relacionam com aspectos coletivos e individuais e visa resolver os problemas de saúde mais frequentes e de maior relevância para a população. Ela deve ser a porta preferencial de entrada do usuário ao SUS.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é escolhida como reordenadora do modelo assistencial. Desde 1994, consolidou-se como ordenadora do sistema e

No município as equipes são cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) conforme mostra a tabela abaixo, sendo duas (02) ESF's, uma (01) ESF com Saúde Bucal e um (01) Núcleo Ampliado Saúde da Família e Atenção Básica (ENASF), com a responsabilidade de atuarem como porta de entrada dos usuários ao SUS de modo a garantir o cuidado, e estão distribuídas para obter cobertura de 100% do município.

Tabela 04 - Unidades Municipais de Saúde cadastrada no CNES

CNES	ESTABELECIMENTO	TIPO DE EQUIPE	NOME DA EQUIPE	DATA DA ATIVAÇÃO
2624443	Programa Saúde da Família	ESF com Saúde Bucal - M1	0001 PSF Meleiro	01/02/2002
2305496	Posto de Saúde de Saporanga	ESF- Equipe de Saúde da Família	0002 PSF Meleiro-Saporanga	01/02/2002
3730743	US Central de Meleiro	ESF- Equipe de Saúde da Família	0003- PSF Meleiro 3	02/08/2010

3730743	US Central de Meleiro	NASF2 Núcleo de Apoio a Saúde da Família- modalidade 2	0001- NASF 1 Meleiro	02/01/2014
---------	-----------------------	---	-----------------------------	------------

Fonte: Sistema de Cadastro nacional de Estabelecimento de Saúde- SCNES

Possui, portanto, 05 equipes de Saúde:

Tabela 5 - Quantidade de Equipes de Saúde

EQUIPES	QUANTIDADE
ESF - Equipe de Saúde da Família	3
ESB - Equipe de Saúde Bucal	1
ENASF-AB - Equipe de Núcleo Ampliado Saúde da Família Atenção Primária	1
TOTAL	5

Fonte: Sistema de Cadastro nacional de Estabelecimento de Saúde- SCNES

Vale ressaltar que com o passar do tempo o estabelecimento US Central de Meleiro, foi nominado como Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Prefeito Ângelo Simoni, e o estabelecimento Programa Saúde da Família foi integrado à mesma unidade. Permanecendo o Posto de Saúde de Sapiranga sem alterações.

As Estratégias Saúde da Família (ESF's) são caracterizadas da seguinte

A ESF 0001 PSF Meleiro, localizada na Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Prefeito Ângelo Simoni, possui 3322 indivíduos, com 5 agentes comunitários de saúde, um (01) médico da ESF, um (01) enfermeiro da ESF, um (01) auxiliar de enfermagem da ESF.

A ESF 0002 PSF Meleiro - Sapiranga, localizada no distrito de Sapiranga, é composta por 2229 indivíduos, com uma equipe formada por 6 agentes comunitários, um (01) médico da ESF, um (01) enfermeiro da ESF, um (01) auxiliar de enfermagem da ESF.

A ESF 0003- PSF Meleiro 3, também localizada na UBSF Prefeito Ângelo Simoni, possui 2221 indivíduos, com uma equipe formada por 7 agentes comunitários, um (01) médico da ESF, um (01) enfermeiro da ESF, um (01) auxiliar de enfermagem da ESF.

Além das ESF's, o município dispõe de equipe de AB instalada na UBSF Prefeito Ângelo Simoni, formada por um (01) enfermeiro, um (01) auxiliar de enfermagem, um (01) médico clínico geral, um (01) médico ginecologista obstetra, um (01) médico pneumologista para assistência à população em geral.

As equipes de saúde da APS têm a responsabilidade de resolver até 90 por cento das necessidades de saúde das pessoas. No entanto, para alcançar esse nível de resolutividade prioriza-se a educação permanente e continuada às equipes da porta de entrada do sistema de saúde como ferramenta de qualificação. Desta forma, melhoram-se os encaminhamentos para média e alta complexidade, garantindo uma linha de cuidado continuada.

3.6.5 Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica contempla todo o processo de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos. As ações da Assistência Farmacêutica no município de Meleiro são realizadas na Farmácia Municipal UBS Prefeito Ângelo Simoni e na Farmácia do Posto de Saúde da Sapiranga, com presença de duas farmacêuticas e uma auxiliar para atendimento de toda a população. Sendo assim, todos os assuntos que dizem respeito ao acesso e uso racional de medicamentos, são tratados nestes locais durante o horário de funcionamento das Unidades de Saúde.

Seguindo as orientações do Ministério da Saúde, os pacientes têm acesso aos medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica - CBAF (englobam os medicamentos destinados aos agravos prevalentes e prioritários da Atenção Básica, presentes na RENAME vigente), do Componente Estratégico - CESAF (medicamentos para prevenção, diagnóstico, tratamento e controle de doenças e agravos de perfil endêmico com importância epidemiológica como tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose, doença de Chagas, medicamentos anti retrovirais do Programa DST/Aids entre outros), Componente Especializado - CEAF (medicamentos destinados ao tratamento de patologias específicas que atingem um número limitado de usuários, os quais na maioria das vezes utilizam-nos por períodos prolongados que visam o tratamento das doenças contempladas pelos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas como os transplantados, portadores de insuficiência renal crônica, esclerose múltipla, epilepsia e esquizofrenia refratária, doenças genéticas como fibrose cística entre muitos

outros. Além destes, também são atendidas as demandas judiciais para fornecimento de medicamentos e insumos.

Em situações de desastres naturais percebe-se a possibilidade de aumento de lesões físicas, traumas emocionais, aumento de doenças infecciosas e possível descompensação das doenças crônicas. Portanto, a Assistência Farmacêutica deve estar preparada para atender essa demanda. No caso da Assistência Farmacêutica Municipal não deter medicamentos suficientes, tais medicamentos poderão ser solicitados à Secretaria Estadual de Saúde.

A depender do evento e dos desdobramentos ocasionados, pode-se solicitar o kit de medicamentos e insumos estratégicos ao Vigidesastres/SC, pois assim encaminharemos o pedido ao Ministério da Saúde para avaliação seguindo a nota técnica conjunta nº 6/2022DIVS/DIAF/SES/SC (em anexo).

O Ministério da Saúde disponibiliza o kit de medicamentos e insumos estratégicos que deverá ser solicitado por meio de comunicação formal à Secretaria Estadual de Saúde e em seguida ao Ministério da Saúde. Cada kit será responsável pelo atendimento de até 500 pessoas desabrigadas e/ou desalojadas por um período de 3 meses e será formado pelos medicamentos e insumos constantes nos Anexos da portaria n.2365 de 18 de outubro de 2012.

O envio do kit seguirá o fluxo conforme descrito na portaria n.2365 de 18 de outubro de 2012, onde ocorrerá a solicitação de apoio pela Secretaria Municipal de Saúde à Secretaria de Saúde Estadual, devidamente instruída com relatório de avaliação de danos e das necessidades oriundas dos desastres de origem natural. Em seguida ocorrerá avaliação do pedido, e se positiva os kits serão enviados ao serviço de almoxarifado das Secretarias de Saúde Estaduais às quais deverá encaminhar ao município solicitante. Deverá ocorrer a prestação de contas utilizando-se o registro de estoque da Base de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica do Sistema Único de Saúde (BNAFAR/SUS), nele serão registrados entradas, saídas e dispensações dos itens recebidos. A transmissão dos dados ao Ministério da Saúde poderá ser feita pelo Sistema Nacional de Gestão de Assistência Farmacêutica ou outro sistema que venha substituir.

3.7 Assistência Social

A Política de Assistência Social está organizada por meio do Sistema Único de Assistência Social (Suas), presente em todo o Brasil. Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Com um modelo de gestão participativa, o Suas articula os esforços e os recursos dos municípios, estados e União para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

A Política de Assistência Social no município de Meleiro está organizada na forma de uma Secretaria de Ação Social, que faz a parte de gestão e coordenação do benefícios. Os demais serviços dividem-se em duas equipes, que estão separadas por nível de proteção social. A equipe do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS que faz parte dos Serviços de Proteção Social Básica e a Equipe de Média Complexidade que faz parte dos Serviços de Proteção Social de Especial, e acabam executando serviços de média e alta complexidade.

Atualmente a Secretaria de Ação Social tem em sua grade de profissionais, 02 assistentes sociais efetivas, sendo 01 do CRAS - 40 horas e 01 da Equipe de Média Complexidade - 20 horas; 01 psicóloga efetiva que divide sua carga horária de 40 horas entre o CRAS e a Equipe de Média Complexidade, 01 pedagoga efetiva na Equipe de Média Complexidade 20 horas,

3.8 Segurança

Polícia Militar

4º Grupamento do 2º Pelotão da 2ª Companhia do 19º Batalhão de Polícia Militar - Meleiro

Comandante: 1º Sargento PM Cristiano Ghizzo

Endereço: Rua Ângelo Dal Pont, nº 50, bairro Estreito, Meleiro

Telefone: 48 35290123 /0213

E-mail: 19b3c2p3g@pm.sc.gov.br

Expediente: 12 às 19 horas

Escala 12x24x12x48 (07 as 19 horas e 19 as 07 horas)

Efetivo:

1º Sargento PM Cristiano Ghizzo

1º Sargento PM Mauro Paes Pereira

2º Sargento PM Clair Correa da Silva
Cabo PM Adriano Fernandes da Silva
Cabo PM Douglas Cadorin Nicolete
Cabo PM Jadison Venson Magahim
Cabo PM Alexandre da Luz
Cabo PM Leandro Galvani Gesser
Soldado PM Maurício Clezar
Soldado PM Ricardo Henrique Costa

Polícia Civil

Rua Luiza Nápoli Canela

Conta com 2 policiais lotados no município, Bruno Ricardo Machado e Edenete Felisberto, a Delegacia funciona de 2º a 6º feira, das 12:00 às 16:00 horas.

Atende toda demanda da PC, exceto a parte do DETRAN (trânsito),

Telefone de contato: (48) 35290376

E-mail: bpmeleiro@pc.sc.gov.br

3.9 Obras

Secretaria Municipal de Obras, agricultura e meio ambiente

Rua Antônio Trevisol nº 333, - Jardim América

Cel: 48 988439099

telefone: 48 35371442

Lista os equipamentos e máquinas no Anexo I

5. Gestão de Risco em desastres

5.1 Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2022, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e o ponto focal do VIGIDESASTRES atualmente é a Sr^a. Eliege Gonçalves Cavaler Dela Vechia

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.

Etapa	Fase	Objetivo
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

5.2 Classificação de desastre

Os desastres são tipificados pela Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, sendo que os tipos de desastres mais recorrentes no Município são classificados como Enxurradas, Inundações e Vendavais. Todavia não podemos esquecer também os períodos de Estiagem pela falta de chuva que assola o nosso município, e recentemente a doença infecciosa que atingiu o mundo todo, inclusive o nosso município, ocasionando a perda de vidas.

Classificação segundo COBRADE

Desastre	Código COBRADE
Enxurrada: Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0
Estiagem: Período prolongado de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.	1.4.1.1.0
Doenças infecciosas virais: Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0
Vendaval: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região	1.3.2.1.5

Fonte: adaptado de COBRADE.

5.2.1 Atuação de gestão dos riscos:

5.2.1.1 Ocorrência de ENXURRADAS:

Ações realizadas mediante ocorrência de enxurradas

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, QUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc.).	Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal. Defesa civil
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, com possível elevação das vazões de água.	Equipes das Secretarias de Saúde, Defesa Civil juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Defesa Civil, Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Vigilância Sanitária
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Defesa Civil e Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis

Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.
	Articulação intersetorial	Defesa Civil e Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Administração.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022 (ANEXO II)).	Secretaria Municipal de Saúde. Assistência Farmacêutica
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio	Departamento de Assistência Social.
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Defesa Civil e Corpo de Bombeiros e demais forças de segurança
	Realocação das famílias que tiveram as residências atingidas.	Assistência Social e Administração

	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água para consumo humano.	Secretaria Municipais de Saúde e Assistência Social, através das ACS e Vigilância Sanitária.
	Intensificar a fiscalização e as ações de vigilância Sanitária e Epidemiológicas no combate ao mosquito Aedes aegypti	Vigilância Sanitária e ACS
	Aumentar a quantidade de coleta de amostra de água para análise da potabilidade para o consumo humano	Vigilância Sanitária/ Lacen
	Em caso de doenças ocasionadas devido a enxurrada (leptospirose, diarreia, hepatite A, entre outras) ofertar exames e tratamento adequado.	Secretaria de Saúde
	Organizar os serviços da UBS para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretarias de Saúde.
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração ,Secretaria de Obras Secretaria de Agricultura, Defesa Civil.

5.2.1.2. Ocorrência de ESTIAGEM:

Ações realizadas mediante ocorrência de estiagem

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc.).	Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	Ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio informativa, site e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de estiagem na região.	Equipes das Secretarias de Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Defesa Civil e Secretaria de Saúde.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.

	Articulação intersetorial	Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde.	Secretaria Municipal da Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e vigilância sanitária
	Organizar as Unidades Básicas de Saúde (UBS) para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria Municipal da Saúde.
	Providenciar Caminhão Pipa para distribuição de água potável às famílias atingidas.	Secretaria Obras, Agricultura, Administração
Reconstrução		
	Solicitar o aumento da capacidade de distribuição de água pela SAMAE	Secretaria de Administração e Secretaria de Agricultura
	Incentivar a instalação de reservatório (açudes, cisternas etc) para armazenar água nas propriedades	Administração Municipal, Secretarias da Agricultura e Obras.

5.2.1.3. Ocorrência de DOENÇAS INFECCÕES VIRAIS:

Ações realizadas mediante ocorrência de Doenças de Infecções Virais

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Desenvolvimento de atividades de educação em saúde continuadas e sobre os cuidados relacionados à prevenção.	Secretarias de Saúde e Assistência Social, em conjunto com a Secretaria de Educação.
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp	ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência no aumento de casos de doenças infecciosas virais.	Equipes da Secretaria de Saúde, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Adequar as Unidades de Saúde para atender a demanda relacionada a esse evento adverso.	Secretaria de Saúde, Administração.
	Disponibilizar medicamentos e insumos necessários, e profissionais capacitados para atender a demanda.	Secretaria de Saúde, Administração Municipal.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis

ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	ponto focal do VIGIDESASTRES municipal.
	Ativação da Sala de Situação	Secretaria de Saúde.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº 06/2022).	Secretaria de Saúde. Assistência Farmacêutica
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Averiguar os municípios que foram expostos e que necessitem de atendimento.	Secretarias de Saúde vigilância epidemiológica
	Detectar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo adequado.	Secretarias de Saúde. vigilância epidemiológica
	Readequar os horários de atendimento e escala de trabalho dos profissionais para suprir a demanda.	Secretarias de Saúde. Coordenação da Atenção Básica
	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos sintomas e possíveis agravos.	Secretaria de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde

6 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL,ESPIE, ESPIN e ESPII).

6.1 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde. Os representantes terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
Elixsandra Da Silva Motta	991172001	nega@meleiro.sc.gov.br
Eliege G. Cavaler Dela Vechia	996233191	visa@meleiro.sc.gov.br
Viviani Martins Dos Santos	996012866	vivianimartins1@gmail.com
Cristiane Ré	991223538	cris.efa@hotmail.com

7. Informações à população

- Rádio
- site
- grupo whatsapp
- telefonia fixa
- Educação continuada através de informativos e visitas executadas pelos profissionais de saúde.

8 CAPACITAÇÕES

As capacitações serão realizadas pelos profissionais técnicos da Secretária de Saúde do município, que atuam na área e possuem o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.

9. Referências

(Norma ABNT NBR 6023 -

https://docs.google.com/file/d/1qDRhi4gZN_cTklo1OgjCcZzGD0Jj2HfP/view)

Link: [Produtos por Estado - Setorização de Riscos Geológicos](#))

Fonte: <https://www.sgb.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres/Produtos-por-Estado---Setorizacao-de-Riscos-Geologicos-5390.html>

Anexos

Anexo I

Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Retroescavadeiras	04	sec. de obras, agricultura e meio Ambiente
Escavadeira hidráulica	01	sec. de obras, agricultura e meio Ambiente
Caminhões	05	sec. de obras, agricultura e meio Ambiente
Motoniveladoras (patrôla)	02	sec. de obras, agricultura e meio Ambiente
tratores agrícolas	02	sec. de obras, agricultura e meio Ambiente
camionete (montana)	01	sec. de obras, agricultura e meio Ambiente
Camionete (strada)	02	sec. de obras, agricultura e meio Ambiente

Anexo II

Contatos interinstitucionais

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Secretária Municipal de saúde	Elixandra Da Silva Mota	48 991172001
Defesa Civil	João Francisco Nazário	48 999004142
Secretário de obras, agricultura e meio ambiente	José Giovane De souza	48 988439099
Polícia Militar		190 -
Prefeito Municipal	Eder Mattos	
Ponto Focal Vigidesastre	Eliege Gonçalves Cavaler Dela Vechia	48 996233191/35378506

**ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DE DANOS E IDENTIFICAÇÃO DAS
NECESSIDADES DE SAÚDE EM SITUAÇÕES DE DESASTRES**

I - Identificação do desastre

Data _____ de ocorrência/Data _____ de início _____ do
evento: _____ Regional de

Saúde: _____
_____ Município:

_____ Bairro(s):

Tipo de desastre:	Sim	Descrição/Observações
Hidrológico		Alagamentos, Enxurradas e Inundações (COBRADE)
Geológico		Deslizamentos de solo e/ou rocha (COBRADE)
Meteorológico		Chuvas intensas, Vendaval, Granizo, Frentes Frias e Ciclones (COBRADE)
Climatológico		Estiagem, Seca e Incêndio Florestal (COBRADE)
Tecnológico		Desastres relacionados à contaminação da água; Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos; Incêndios urbanos; Colapso de Edificações; Queda de estrutura civil; Rompimento/colapso de barragens; Epidemias e Infestações/Pragas (COBRADE e Portaria GM/MSN nº 4.185, de 01 de dezembro de 2022).

II - Avaliação preliminar realizada nas primeiras 24 horas

Dados gerais:	Sim	Não	Parcial (apenas parte dos serviços disponíveis/ atende parcialmente)	Descrição/Observações
Há prestação dos serviços básicos?				Telecomunicações, energia elétrica, saneamento, abastecimento e acesso aos gêneros alimentícios, dentre outros.
Há prestação de serviços de saúde?				Hospitais, clínicas, centros de saúde, almoxarifados de medicamentos e insumos, salas de imunobiológicos etc.
Há acesso aéreo, terrestre, marítimofluvial?				Condições de acesso de locais propícios para a chegada da população para atendimentos; Condições de acesso por vias terrestres, aéreas, marítimas ou fluviais para alcançar a população atingida.
Há condições / serviços comunicação?				Recursos de comunicação (telefone, internet, em funcionamento para divulgação de alertas e informações.
Há abrigos formados com capacidade para atendimento de todos desabrigados?				Se sim, qual é a quantidade de abrigos? _____
O evento afetou algum manancial utilizado para captação de água consumo humano?				Em situações emergenciais, o Sistema de abastecimento de água pode ser afetado devido aos eventos de enchentes, derramamento de produtos químicos e deslizamentos de terra, entre outros.

Dados sobre danos humanos danos nas edificações de saúde:	Total	Não se aplica	Descrição/Observações
Nº de afetados (total)			Qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por desastre (desalojado, desabrigado, ferido etc.)
Nº de óbitos			
Nº de feridos			Feridos gravemente ou feridos levemente.
Nº de desaparecidos			Pessoa que não foi localizada ou de destino desconhecido, em circunstancia de desastre.
Nº de desabrigados			Desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema.
Nº de desalojados			Pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema.
Nº de Intoxicados*			Indivíduo exposto a agente tóxico no qual se confirma clínico epidemiologicamente e/ou laboratorialmente a intoxicação (OMS). *Caso tenham ocorrido intoxicações, as eqiups de Atenção Primária ou a Vigilância Epidemiológica devem ser alertadas para o preenchimento da Ficha de

			Notificação Compulsória do SINAN.
Nº de edificações danificadas/destruídas	saúde		Hospitais, clínicas, centros de saúde etc.

II - Avaliação complementar após 24 horas

Quantificação da população, profissionais de saúde, serviços de saúde e serviços básicos afetados:	Total	Não se aplica
Nº de hospitalizados relacionados ao evento		
Nº de profissionais de saúde atingidos pelo desastre		
Nº de serviços de saúde atingidos (danificados, destruídos ou isolados)		
Nº de acidentes por animais peçonhentos		
Nº de casos suspeitos por tétano acidental		
Nº de domicílios com abastecimento de água interrompido		
Nº de domicílios com abastecimento de energia elétrica interrompido		
Nº de estações de esgoto danificadas ou interrompidas		
Nº de farmácias/drogarias com estoque de produtos atingido		
Nº de mercados/supermercados com estoque de produtos atingido		

Nº de comunidades rurais afetadas		
Estado de calamidade/situação de emergência:	Sim	Não
Foi decretado estado de calamidade ou situação de emergência?		
A Secretaria Municipal de Saúde necessita de kits de medicamentos e insumos estratégicos (NOTA TÉCNICA CONJUNTA nº 06/2022)?		

IV - Manejo dos Abrigos NÃOSEAPLICA:

Tipo de Abrigo:	Sim	Não	Descrição/Observações
Abrigo Fixo			Ginásio, clube, igrejas
Abrigo Móvel			Tendas, barracas
Localização:	Sim	Não	Descrição/Observações
Instalado em local de fácil acesso?			Relacionado a estradas, pavimentação, etc
Afastado de Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs) e Aterros Sanitários?			Facilitam a proliferação de vetores que podem se deslocar para os abrigos
Em local seguro, livre de alagamentos e deslizamentos?			-
Próximo a serviços médicos e de assistência farmacêutica?			-
Capacidade de Acolhimento:	Total		
Número de pessoas atendidas			
Estrutura Física – Condições Gerais:	Sim	Não	Descrição/Observações
Oferece condições de segurança?			Sem rachaduras, umidades etc.
Pisos, paredes e teto íntegros?			Pintura, limpeza e conservação
Iluminação adequada?			
Instalações elétricas adequadas?			
Há ventilação natural ou artificial ou			

ambas?			
Banheiro/Sanitários são separados por sexo e possuem independente?			acesso
Segurança:	Sim	Não	Descrição/Observações
Há equipamentos de combate a incêndios			Hidras, mangueiras, extintores
Existem saídas de emergência com sinalização apropriada?			
São fornecidas orientações para evacuação da estrutura de ordenada?			
Esgotamento Sanitário:	Sim	Não	
Sistema de esgoto com fossa/sumidouro/filtro/valas de infiltração			
Possui ligação à rede pública coletora de esgoto			
Abastecimento de Água:	Sim	Não	Descrição/Observações
Possui ligação à rede pública de abastecimento de água?			
No caso de possuir água de ponteira, poço ou outra fonte alternativa, realiza o tratamento da água para que a mesma seja potável?			Tipos de tratamento: filtração/ ou desinfecção
Possui Caixa d'água () Cisterna ()			Informar capacidade: _____
Caixa d'água possui tampa e tela?			Prevenção dengue/zika/chicungunya
Periodicidade de limpeza da caixa d'água			
Caso necessite reposição de água nos reservatórios, é observada procedência e parâmetros de potabilidade exigidos na legislação?			PRT GM/MSN. 888/2021 que altera o Anexo XX da PRC GM/MS N. 05/2017.
Os veículos transportadores de água são usados apenas para finalidade de transporte de água potável?			Carro-pipa de uso exclusivo para transporte de água potável conforme prevê legislação federal estadual.

Os veículos transportadores de água possuem AlvaráSanitário?			
Gerenciamento do Abrigo:	Sim	Não	
Gerenciamento do abrigo pela Defesa Civil			
Gerenciamento do abrigo pela Assistência Social ou outros (informar)			
Existe policiamento 24 horas por dia?			
Acomodação dos Abrigados:	Sim	Não	
A acomodação das famílias observa padrão mínimo de privacidade?			
As famílias são alojadas respeitando e mantendo a disposição parentesco, vizinhança e outras afinidades que tinham comunidades?			Recomendável de em suas
É previsto espaço para abrigo de animais domésticos fora do abrigo pessoas?			Não é admitida a presença de animais no mesmo ambiente que as pessoas
Existe controle de entrada e saída de pessoas no abrigo?			
Atuação das Instituições Públicas nos Abrigos:	Sim	Não	Descrição/Observações
Há atuação da Vigilância Sanitária?			Fiscalização água, alimentos, medicamentos, esgotamento sanitário
Há atuação da Vigilância Epidemiológica?			Monitoramento de doenças e incidentes
Há atuação da Atenção Básica?			Atendimento aos abrigados
Há atuação das equipes da Atenção Psicossocial?			Atendimento à Saúde Mental
Há atuação da Vigilância Ambiental?			Controle de vetores e zoonoses
Há atuação da Educação em Saúde?			Informações básicas de saúde individual e coletiva
Há atuação da Assistência Social?			
Há atuação de outras instituições			Especificar: _____

públicas?			—
Alimentos, Medicamentos, Materiais de Limpeza:	Sim	Não	Descrição/Observações
A Gerência do abrigo mantém controle dos alimentos?			Recebimento, validade, armazenamento, manuseio, conservação e processamento
O processamento de alimentos é feito com acompanhamento diário/aleternado de nutricionista?			
São repassadas orientações sobre higienização das mãos antes refeições?			
A Gerência do abrigo mantém controle da entrada de medicamentos?			Recebimento, validade, armazenamento, manuseio, conservação e processamento
Os medicamentos são mantidos sob estrita guarda e somente dispensados após recomendado por profissional habilitado?			
Os materiais de limpeza, higiene, desinfecção e outros são armazenados e distribuídos regularmente à população abrigada?			
Manutenção:	Sim	Não	Descrição/Observações
É realizada manutenção nas instalações do abrigo?			
São executadas ações de desratização e desinsetização nas instalações, por pessoal qualificado?			Empresa especializada
Gerenciamento dos Resíduos Sólidos:	Sim	Não	
São disponibilizadas lixeiras em quantidade adequada?			
Os sacos contendo os resíduos sólidos gerados no abrigo acondicionados em contentores devidamente fechados?			
O tempo de permanência dos contentores nos abrigos é rigorosamente observado?			

Material Informativo/Educativo:	Sim	Não	
É distribuído material informativo à população abrigada higienização das habitações, limpeza e desinfecção das caixas d'água, dentre outros?			
A população abrigada recebe informações necessárias sobre procedimentos a serem adotados no retorno às residências?			Cuidados com choques elétricos, animais peçonhentos, contato com água, elama das inundações, cuidados com acidentes com materiais cortantes, quedas etc.
Desmobilização do Abrigo:	Sim		Não
É procedida limpeza geral no abrigo ao final da ocupação?			
A Vigilância Sanitária realizou a distribuição de Hipoclorito de Sódio aos moradores afetados pelo evento?			

OBS: A Autoridade de Saúde, no exercício de suas atribuições, poderá exigir além dos itens relacionados neste roteiro, outros que se fizerem necessários para a garantia da saúde dos abrigados.

V - Inspeção do Veículo Transportador de Água Potável em Situações de Desastres
NÃO SE APLICA:

Exigências	Sim	Não	Referência
Existem informações sobre a origem da água?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/M SN nº 888/2021) – Art. 14 XX. NTDIVS04/20 21 itens 2.5 e 2.7.
Se sim, qual a fonte, data e horário do abastecimento:			
Existem informações sobre a qualidade da água?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS nº 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS nº 888/2021) – Art. 14 I, XIII.

			NTDIVS04/2021 item 2.8
Existe autorização para o transporte e fornecimento de água?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MSn° 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MSn°888/2021) – Art. 14 XIX, 16I, V. NTDIVS 04/2021 itens 1.4e2.1
O veículo possui a identificação “ÁGUA POTÁVEL” no tanque?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MSn° 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MSn°888/2021) – Art. 16 VII. NTDIVS04/2021 item 2.3
O tanque do caminhão é de material anticorrosivo e não tóxico>			Anexo XX da Portaria de Consolidação MS n° 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MS n°888/2021) – Art. 16 NTDIVS04/2021 item 2.3

s tanques são providos de bocais protegidos, de modo prevenir a contaminação da água?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MSn° 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MSn°888/2021) – Art. 16 III, IV. NTDIVS04/2021 itens 2.4 e 2.6
O estado de conservação do tanque é satisfatório?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MSn° 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MSn°888/2021) – Art. 16 III, IV. NTDIVS04/2021 item 2.4 e 2.6
O tanque é provido de tampa adequada, inclusive para inspeção e higienização?			Anexo XX da Portaria de Consolidação MSn° 005/2017 (substituído pela Portaria GM/MSn°888/2021)